

# Ribeirinhos, Organizações Comunitárias e Alimentação: Flona de Tefé/AM, Brasil

---

Cleder Fontana

Cristiano Quaresma de Paula

Dirce Maria Antunes Suertegaray

## 1. Introdução

A proposta deste capítulo é falar de corpo, paisagem e memória. Abordaremos o corpo a partir de uma das necessidades fundamentais de homens e mulheres – a alimentação. Abordamos o corpo biológico e o corpo social envolvidos numa paisagem com características peculiares (Amazônia) resgatada por meio da memória ou oralidade dos ribeirinhos. Ao final abordamos corpo como corpo social, revelado na organização comunitária.

Por um lado, o texto toma como referência as condições alimentares da população ribeirinha da Floresta Nacional de Tefé, estado do Amazonas, Brasil. E, por outro, as organizações comunitárias e os direitos adquiridos, por meio de lutas sociais, no âmbito das comunidades tradicionais. Este corpo social, que pode ser compreendido enquanto comunidade, se expressa na relação diferenciada estabelecida com a natureza, que produz paisagens congruentes com o modo de viver ribeirinho.

Partimos da análise da base alimentar dos ribeirinhos, suas necessidades alimentares, suas formas de supri-las, os caminhos percorridos, os conflitos e as formas organizativas para sua superação. Propomos analisar as preocupações e estratégias adotadas pela população na obtenção das necessidades alimentares. Assim, pela observação da alimentação, buscamos compreender: o uso de produtos locais possibilitados pela floresta amazônica, bem como a disponibilidade de recursos econômicos para compra de mantimentos; as relações cotidianas de compartilhamento e trocas que atenuam as dificuldades de fazer frente ao mínimo desejado e/ou necessário; e as relações entre a alimentação, as estratégias para suprir as necessidades e as condições naturais locais.

Neste sentido, buscamos estabelecer uma compreensão sobre o sujeito (coletivo) ribeirinho, destacando o processo de união dos povos da floresta para garantir sua permanência em contexto de criação de unidade de conservação e a manutenção dos seus modos de viver. Um dos argumentos que fundamentam esta luta é a

Ribeirinhos, Organizações Comunitárias e Alimentação: Flona de Tefé/AM, Brasil

---

expressão da paisagem comunitária, a qual parece se reproduzir de uma forma mais “harmoniosa” com a natureza, seus ciclos e capacidade de resiliência. Assim, a paisagem da comunidade expõe marcas, que são próprias desta matriz ou modo de viver ribeirinho.

Os povos da Amazônia – “Povos das Águas” – integram em suas vidas a floresta e os rios. Estabelecem trocas entre comunidades vizinhas e com centros urbanos próximos. Sustentam a condição de um modo de viver designado como comunidades tradicionais, mas que, na relação social, econômica, tecnológica, política e ambiental vivida pelo país, não podem ser consideradas paradas no tempo. Muitas práticas associadas aos saberes e fazeres dos povos da Amazônia estão sendo integradas em novas políticas territoriais. Contudo, quando as políticas não reconhecem os saberes tradicionais, não são aceitas pelas comunidades.

Paisagem neste texto é entendida como materialidade (formas ou marcas presentes no espaço habitado) e, ao mesmo tempo, processo enquanto expressão de uma dinâmica no tempo, ou o que também se denomina matriz na perspectiva de Berque (1998), e que constitui um modo de viver.

Os sujeitos desta pesquisa são populações que vivem no estado do Amazonas e que são reconhecidos, na região Norte do Brasil, como ribeirinhos. Eles vivem à beira de rios, lagos, igarapés e à beira do mar (DIEGUES, 2007). A dependência do mundo natural, de seus ciclos e de seus produtos é fundamental para a produção e reprodução do seu modo de vida. Ao se autodeterminarem assim, os ribeirinhos são contemplados em políticas públicas para povos tradicionais (DE PAULA et al., 2016)

No estado do Amazonas, são moradores, mais especificamente, da FLONA de Tefé (Floresta Nacional de Tefé) e entorno. A denominação FLONA resulta da sistematização de Unidades de Conservação (UCs) presentes na Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Trata-se do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), elaborado pelo Estado brasileiro para fins de gestão das unidades de conservação em território nacional.

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

No SNUC, uma Floresta Nacional é definida como: “uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (artigo 17).

Pires et al. comentam sobre as FLONAS:

As FLONAS são criadas visando estabelecer um manejo múltiplo e sustentável dos recursos florestais praticados através de técnicas de produção, para utilização, especialmente, de produtos vegetais, como os do extrativismo. Além disso, em uma FLONA, são permitidos: a pesquisa científica, ações de educação ambiental e atividades de lazer. O manejo deve, também, ajudar a recuperar áreas degradadas – como regiões desmatadas ou rios poluídos – e a preservar a diversidade biológica – dos animais e das plantas –, além de garantir o controle ambiental das áreas vizinhas da unidade. (PIRES et al., 2016)

As transformações desta paisagem, sejam decorrentes de sua dinâmica própria sejam decorrentes de intervenções externas, em particular o processo de construção do Plano de Manejo pelos gestores da FLONA, ICMBio – Tefé, promoveram a possibilidade de os ribeirinhos, que desde os anos 1960/1970 do século XX tinham se organizado em comunidades, estimularem-se para novas formas de organização social, objetivando a melhoria de suas condições alimentares e, por extensão, do seu modo de viver.

Expressamos aqui parte de um processo de pesquisa mais amplo e fazemos isso por meio de duas expedições de campo organizadas pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), no projeto Mapeamento Participativo em Comunidades da FLONA de Tefé (2012-2013). Essas expedições foram realizadas em comunidades ribeirinhas com vistas à construção do Plano de Manejo pelos gestores da FLONA de Tefé, necessário em unidades de conservação no Brasil e devendo ser elaborado em conjunto com as comunidades locais.

Portanto, este texto expressa uma análise produzida a partir da interconexão entre três dimensões: corpo, paisagem e organização

social. Quando falamos de corpo, estamos nos referindo ao corpo biológico, à sua necessidade alimentar e à organização para suprir tal necessidade. Ao tratar da paisagem, buscamos estabelecer uma conexão entre a constituição histórica do grupo representado nesta narrativa e sua originária relação com a paisagem e sua dinâmica. É essa paisagem que lhes permite uma alimentação singular, herdada e que persiste apesar das transformações.

## 2. Diálogo de saberes e grupos focais

Os trabalhos de campo deram-se em duas expedições em que se estabeleceram diálogos com os comunitários para entender seus mundos da vida, ou seja, os aspectos normativos, objetivos e subjetivos intrínsecos às suas falas (HABERMAS, 2012). Além disso, foram realizadas entrevistas a fim de compreender os hábitos e as estratégias para suprir as necessidades alimentares.

Na primeira expedição, no mês de abril de 2012, durante 10 dias, tivemos a oportunidade de observar e questionar os ribeirinhos sobre a alimentação praticada e de dialogar sobre as formas de organizações comunitárias. Quanto à alimentação, decorreu um levantamento de hábitos alimentares, da forma como logram as necessidades e de possíveis ocorrências de demandas não suprimidas.

Na segunda expedição, no mês de agosto de 2012, durante 10 dias, além de ser feito o mesmo procedimento realizado anteriormente, conduziram-se entrevistas semiestruturadas em grupos focais. As entrevistas e diálogos realizados privilegiaram a memória, sejam as mais longínquas, as mais recentes, as individuais e as coletivas, pois, conforme Chauí (1999, p.31), ao escrever sobre o livro *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi: “o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária”.

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

Na compreensão dos hábitos alimentares, como recorte optamos por entrevistar mulheres, as responsáveis pela elaboração e preparo das refeições em seus respectivos domicílios. Com esse procedimento foram realizadas sete entrevistas em grupos focais, totalizando 31 participantes. Com o mesmo roteiro, abriu-se uma exceção ao serem entrevistados dois homens. Desta maneira, como forma de fazer, na tentativa de analisar e compreender um contexto social, a exposição associa-se à pesquisa qualitativa.

As entrevistas em grupo, pela sua dinâmica de falas que podem ser abreviadas ou complementadas por quaisquer das participantes, permitem que, no conjunto, as falas revelem com mais clareza a memória coletiva. Uma vez que todas as participantes são parte do que está sendo “buscado” nas memórias, elas se sentem à vontade para complementar ou detalhar algo. Além disso, a memória dos mais velhos, que no caso estudado remete a vivências de outros locais, consolida o presente com o passado, revelando um modo de se alimentar (e de viver) que conecta o individual e o coletivo com uma condição natural, resultando em uma paisagem, a ribeirinha.

Para compreender a realização do corpo social, ou seja, as organizações comunitárias e conquistas políticas das comunidades tradicionais, a pesquisa empírica está inserida no âmbito dos diálogos de saberes. Podemos entender os diálogos de saberes enquanto espaço de sinergias e complementaridades entre os saberes existentes a respeito do mundo atual e a realidade presente. Ainda há a produção de novas formas de compreensão do mundo que surgem do intercâmbio dialógico de saberes e da disputa de sentidos da sustentabilidade, da reapropriação social da natureza e da cultura (LEFF, 2006, p. 387-390).

A partir do agir comunicativo se estabelece um processo de redefinição continuada, o qual promove a subordinação de certos conteúdos a determinados mundos, de acordo com o que é tido, respectivamente, como válido: como integrante do mundo objetivo, interpretado consensualmente; como componente normativo do mundo social, reconhecido intersubjetivamente; como componente

privado do mundo subjetivo, ao qual se tem acesso privilegiado. Assim, a cada definição comum da situação, os sujeitos determinam os limites entre a natureza exterior, a sociedade e a natureza interior, em um processo de renovação das diferenças entre eles, na qualidade de intérpretes que se posicionam perante o "mundo exterior e seus respectivos mundos interiores" (HABERMAS, 2012, p. 223). Assim, os resultados que apresentamos como resultantes dos diálogos de saberes entre geógrafos e comunidades ribeirinhas se dão a partir da intersecção desses mundos da vida.

Mais especificamente, o que aqui é apresentado resulta, por um lado, do que se denominou, de acordo com Leff (2006), diálogo de saberes e, por outro, do resgate da história e constituição de seu modo de viver a partir da história oral. O diálogo de saberes ao qual nos referimos diz respeito à conexão, por meio de trabalho em campo, do conhecimento dos ribeirinhos ou comunitários, dos pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil e dos gestores da FLONA de Tefé. Deste trabalho resultou um conhecimento partilhado entre todos, cujo produto consistiu na sistematização do modo de viver e no mapeamento do Uso da Terra da FLONA de Tefé, material que deu suporte a gestão participativa.

### **3. A FLONA de Tefé e seus moradores**

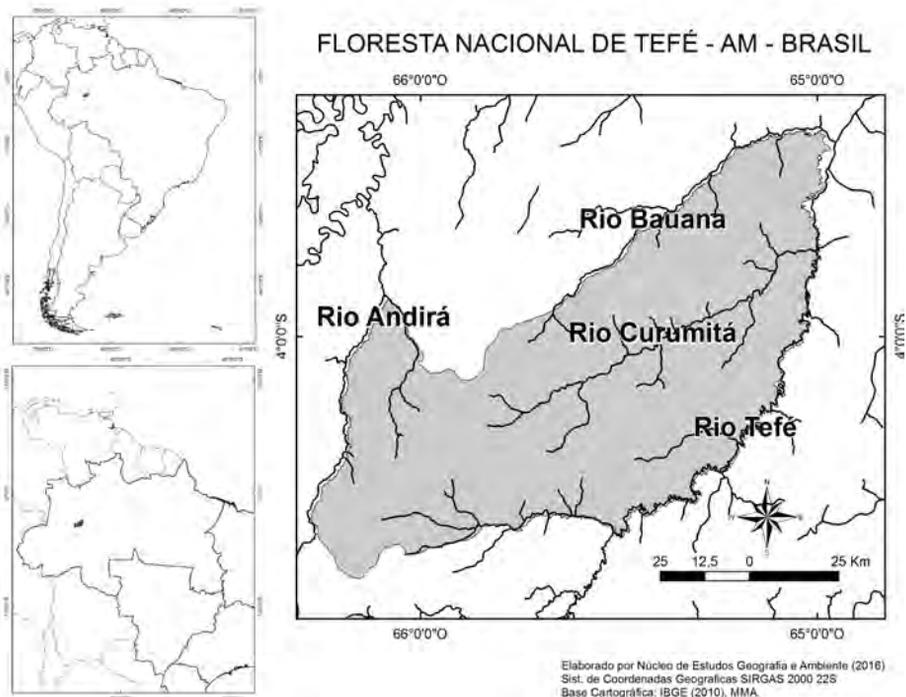
As comunidades da FLONA de Tefé são constituídas de pessoas que se autodenominam ribeirinhos, e sua origem étnica é constituída de indígenas, afrodescendentes e migrantes nordestinos provenientes, principalmente, do Ceará, os quais se deslocaram para o Amazonas no período da exploração da borracha (1890 e 1910). Na década de 1940, eram conhecidos como "soldados da borracha", ou seja, os seringueiros, aqueles que desbravaram a mata equatorial para extrair látex no período do auge da exploração deste produto extrativista no Brasil. Na região da FLONA de Tefé, eles constituíram família, vivendo em comunidades cuja origem data dos anos 1960/1970, em decorrência da forte ação da Igreja Católica por

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Antes dos anos 1960, os seringueiros viviam (após o declínio da exploração da borracha), isoladamente, no interior da floresta.

Atualmente, estes ribeirinhos vivem em comunidades ou localidades ao longo dos rios que drenam a área da FLONA de Tefé (Figura 1). Os principais rios são o Tefé, o Bauana, o Curumitá de Baixo e o Andirá.

**Figura 1:** Localização da FLONA de Tefé.



Fonte: Arquivos do NEGA /UFRGS - 2016

O rio Tefé é o maior rio da FLONA, com 226 km de percurso no interior da FLONA, constituindo seu limite leste. É um dos rios mais navegados, sendo utilizado tanto por pequenas embarcações quanto por barcos de médio e grande porte. Suas nascentes localizam-se fora da unidade de conservação, e sua foz localiza-se no lago Tefé.

O rio Bauana, limite norte da FLONA, é ocupado por aproximadamente 23 comunidades e localidades, estando elas mais concentradas próximo ao lago Tefé. A várzea do rio Bauana, um rio de águas pretas, é muito utilizada para a extração de materiais para artesanato, como os cipós e as talas. Também se extrai daí alimentos para consumo, como o açaí. Esta atividade desenvolve-se até o repartimento do rio, ou seja, onde o rio Bauana Branco encontra o rio Bauana (OLIVEIRA et al., 2016).

O rio Curumitá de Baixo limita os municípios de Tefé e Alvarães, drena a área central da FLONA e deságua no lago Tefé. É o rio mais densamente povoado da FLONA, possuindo aproximadamente 24 comunidades e localidades. Além de ser usado para pesca, sua várzea é aproveitada para atividades de extrativismo até o repartimento do Curumitá de Baixo com seu afluente igarapé Cachorra.

Localizado no extremo oeste da FLONA, o rio Andirá pode ser considerado o de mais difícil acesso dentre os cursos d'água da unidade de conservação. Em suas proximidades, existem apenas duas localidades no interior da FLONA, sendo elas: São Francisco do Marabaia e São José do Andirá.

#### **4. A paisagem e o modo de viver**

A paisagem de vivências desses povos, a Amazônia, apresenta-se constituída pela forte interação entre a floresta e a abundância de água sob condições de clima Equatorial (quente e úmido).

Os ribeirinhos vivem em área de floresta (Amazonas), e seus cotidianos são regulados pelo ciclo das chuvas (Figura 2), das quais dependem as cheias e vazantes nos rios. A seca é o período do ano em que as chuvas são escassas ou eventuais, promovendo a vazante processo em que baixam as águas dos rios e lagos. Os rios são as vias de deslocamento – por meio de barcos, voadeiras, canoas-rabetas e montarias. No período das cheias, os deslocamentos para

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

outras localidades, comunidades ou cidades são mais fáceis. Durante a seca, o deslocamento é mais difícil, entretanto é um período mais fácil para a pesca (OLIVEIRA et al., 2016).

**Figura 2:** (a) cheia e (b) seca. Meses de março e agosto respectivamente.



Foto: Dirce Suertegaray; Cleder Fontana - 2012.

O período da cheia começa no mês de outubro e vai aproximadamente até o mês de abril. Nestes meses há um aumento na quantidade de água, que pode ser visto no reaparecimento de muitas ressacas e igarapés que se encontravam secos na estação anterior. Isso permite que as comunidades mais afastadas tenham acesso fluvial a lugares que antes ficavam isoladas, como as comunidades vizinhas e a cidade de Tefé, onde é possível vender e comprar nas feiras.

A partir da metade de maio até o fim de setembro, a temperatura média tende a ser um pouco mais baixa que nos outros meses (OLIVEIRA et al., 2016). No período da cheia, há maior dificuldade para a pesca, devido à dispersão dos cardumes ao longo dos rios caudalosos e lagos.

O período de seca inicia, aproximadamente, no mês de maio e se estende até o mês de setembro, quando reduzem as chuvas e o nível dos rios começa a baixar rapidamente. Esse é o melhor período para pesca, pois os peixes ficam confinados em igarapés e lagos cada vez menores (OLIVEIRA et al., 2016). Em síntese:

A água é um dos elementos principais na existência dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Os períodos de cheias e secas regulam a vida dos ribeirinhos, uma vez que esse ciclo sazonal influencia as atividades de extrativismo vegetal, agricultura e pesca. Logo, cabe entender o ribeirinho como pessoa que realiza muitas atividades. Observa-se que quando começa a cheia torna-se difícil fazer roça, e mesmo a pesca e a caça de subsistência ficam mais restritas e, nesse sentido, a vida social é dificultada (DIEGUES, 2007). Na FLONA de Tefé, as comunidades se localizam em sua maioria em Terra Firme, assim, só em períodos de cheias extremas tem seus roçados inundados. (DE PAULA et al., 2016)

A atividade dos ribeirinhos está centrada na subsistência da mandioca e seus derivados, como tapioca, goma, tucupi, farinha branca e amarela, pé de moleque, beiju, bolo e soro, que juntamente com o peixe é o principal alimento. Esta atividade materializa-se na existência comum, nas comunidades, da casa de farinha (Figura 3) (SUERTEGARAY, et al., 2016).

**Figura 3:** Casa de Farinha.



Foto: Dirce Suertegaray - 2012.

O roçado é a denominação da atividade de plantio. Caracteriza-se como agricultura de subsistência. No roçado é produzido, além da mandioca branca (macaxeira), destinada para alimentação, e da mandioca amarela, para produção de farinha e principal fonte de renda local, açaí, banana, cupuaçu, manga, abacate e tucumã, cana-de-açúcar, abacaxi, pupunha, cará, melancia, milho,

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

jerimum (abóbora), feijão, pepino, maxixe, melão, batata, castanha (SUERTEGARAY et al., 2016).

A pesca (Figura 4) ocorre o ano todo, sendo que o período mais piscoso, ou seja, com mais fartura de peixes, é o período da seca, em decorrência da concentração dos peixes nos lagos e rios que se tornam menos caudalosos, isto é, com menos volume de água. Os peixes mais comuns são: aracu, jaraqui, matrinxan, sardinha, caparari, surubim, pirapitinga, tambaqui, pirarucu e bodó.

**Figura 4:** Pesca artesanal no lago Tefé.



Foto: Dirce Suertegaray - 2012.

A produção alimentar, o extrativismo e a pesca são reveladores do modo de viver e das condições alimentares dos ribeirinhos. Diante disso, o cotidiano dessas pessoas expressa-se numa dinâmica que envolve essas três atividades como centrais acrescidas da fabricação da farinha e mais, no caso das mulheres, do cuidado dos filhos e da casa (SUERTEGARAY et al., 2016).

O ribeirinho tem um conhecimento e um vínculo efetivo com a natureza, registrados pela lógica da produção em associação com os recursos obtidos da floresta e das águas, seja em relação ao alimento, seja em relação aos objetos produzidos para o desenvolvimento das atividades. Esses objetos são construídos a partir dos recursos locais, a exemplo do paneiro, do tipiti, da prensa, da emboladeira, da peneira, da masseira e do tarubá (remo),

todos objetos símbolos da produção de mandioca, bem como os caniços da pesca, ou mesmo as canoas e outros utensílios (SUERTEGARAY et al., 2016).

Esta realidade, por sua vez, vem lentamente se transformando, ocorrendo a substituição dos objetos técnicos utilizados. Por exemplo, o uso da voadeira, um barco de alumínio, com motor de popa, mais rápido que a canoa, com motor rabeta.

Essa transformação manifesta-se, igualmente, na mudança dos hábitos alimentares, favorecidos pelas políticas sociais que permitem ao ribeirinho acesso a outros bens, como alimentos industrializados, vestuários e equipamentos eletrônicos (máquinas fotográficas, celulares e, mais restritamente, computadores) (SUERTEGARAY et al., 2016).

Esta transformação não é ampla. Por isso, persiste entre os ribeirinhos uma maneira de viver centrada nas relações comunitárias, no trabalho coletivo – por exemplo, quando da produção da farinha, em especial da torra, o caso mais emblemático – ou ainda no hábito de *vizinhar*, ou seja, compartilhar a alimentação em períodos de escassez com os vizinhos com maiores dificuldades, ou em momentos de abundância, por questões de armazenamento.

## 5. A alimentação nas comunidades ribeirinhas

O suprimento das necessidades básicas, sobretudo da alimentação, tanto individual como coletivamente, em todas as sociedades, é motivo de preocupação. A forma como cada sociedade, em seu tempo e condições naturais, encontra meios para suprir as necessidades alimentares implica formas de apropriação da natureza e/ou aquisição de produtos; no caso da população da FLONA de Tefé, inclusive, constituindo uma paisagem específica. Neste processo, instituem-se relações sociais e relações da sociedade com a natureza, pois a alimentação, uma necessidade natural, é resolvida de modo social, em estrito contato com as condições naturais locais.

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

Nesse sentido, sobre a alimentação na região amazônica, Castro (1946, p. 55) afirmou: “A região da Amazônia representa, sob o ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizado, tendo como alimento básico a farinha de mandioca”. No mapa das áreas alimentares do Brasil (CASTRO, 1946, Figura 1), junto com a farinha de mandioca o autor acrescentou como alimento básico da região o peixe, o feijão e a rapadura. Nas entrevistas realizadas na FLONA de Tefé, o peixe e a farinha de mandioca sempre foram apontados como os alimentos principais.

La Blache, em *Princípios de Geografia Humana*, escreve um capítulo sobre a alimentação. Uma passagem do que o autor afirmou pode ser tomada como luz para compreender a alimentação da população ribeirinha da FLONA de Tefé. No entendimento de La Blache (1954, p.195), “entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é a que aparece quando se estudam os modos de alimentação”. A alimentação da população estudada é estreitamente associada ao contato com as condições naturais locais.

Há uma considerável bibliografia sobre a ligação da alimentação com as condições locais na região amazônica. Além do próprio Castro (1946), há também Lima (1975), com *Amazônia, a terra e o homem*, publicado originalmente em 1933 e que pode ser apontado como uma das referências mais longínquas, porém com temas ainda relevantes. Do que Lima abordou, destaca-se: a crítica ao determinismo climático e, entre outros tantos pontos a respeito do contexto social amazônico, a questão da alimentação (e sua insuficiência) na relação com a ocupação da região; as atividades desenvolvidas e os recursos locais; a forma de produzir e a propriedade; a alimentação como resposta para o que até então era um problema de clima; a crise da economia da borracha, que abre espaço para o cuidado com a agricultura e, assim, melhora as condições alimentares, afastando as doenças (LIMA, 1975, p.108).

A alimentação da população ribeirinha é ajustada conforme o contato com o meio, algo bastante previsível para um local com acesso que pode chegar a algumas dezenas de horas de barco, ainda

Ribeirinhos, Organizações Comunitárias e Alimentação: Flona de Tefé/AM, Brasil

---

que, como afirma uma das entrevistadas, atualmente se tem muitas facilidades. Essa condição dificulta tanto a compra de mantimentos como a venda de produtos de origem local, a qual poderia representar um acréscimo de renda e, conseqüentemente, aumentar a compra de mantimentos.

A origem dos moradores da FLONA de Tefé e suas histórias de vida ajudam a compreender a forma de viver na floresta. Apesar da origem de boa parte dos atuais moradores da FLONA de Tefé remontar ao nordeste brasileiro, na sua grande maioria são nascidos na própria região, são “filhos do Amazonas”. Em relação à alimentação, essa história de imigração é buscada na memória mais como reminiscência do que como prática atual, pois a alimentação está profundamente associada aos recursos disponíveis no local.

As entrevistas apontam a centralidade da mandioca e do peixe na composição da alimentação, os quais são consumidos durante o ano todo (Figura 5). Além deles, apesar de sazonal, o açaí tem grande consumo e destaca-se pela capacidade de “matar” a fome e de dar energia; além de ser saboroso. A castanha também é consumida. O café (eventualmente, com leite), a banana, a pupunha, a macaxeira, o jerimum e o cará também estão entre os principais produtos consumidos cotidianamente. O arroz, o feijão, o frango e as carnes vermelhas são lembrados de forma secundária.

**Figura 5:** Prato servido e bacia com farinha de mandioca que, junto com o peixe, é a base da alimentação ribeirinha.



Foto:Cleider Fontana - 2012.

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

A alimentação da população estudada é fortemente influenciada pela sazonalidade dos produtos locais. Épocas de maior ou menor dificuldade em prover os mantimentos devem-se às condições naturais, ou seja, épocas de menor ou maior disponibilidade de alimentos, as quais são influenciadas pela dinâmica das águas. As épocas de enchente ou de vazante influenciam a disponibilidade de alimentos, inclusive do peixe, que com o aumento da água tem uma captura dificultada. Os vegetais, sejam de origem extrativa ou de plantação, possuem épocas de maior ou de menor disponibilidade. Assim, o contato com a natureza e a organização da satisfação da alimentação formam uma totalidade em que o natural e o social combinam-se de uma forma genuína e generosa, possível de ser compreendida pela composição da paisagem ribeirinha.

As casas às margens dos corpos de água, os barcos (canoas e voadoras) e os aparatos de pesca, as plantações em forma de roçado, as plantas frutíferas permanentes mais próximas das casas e, especialmente, as casas de farinha formam uma composição única, em que a forma de produzir a vida está diretamente associada ao tempo/dinâmica da natureza. Aprofundando essa relação, os gestos, as palavras e, sobretudo, a intimidade com a água ao nadar sintetizam a proximidade dos corpos humanos com um corpo natural mais amplo, o da terra, da água, dos animais e das plantas.

Essa sintonia com a natureza é reforçada pelas técnicas de produzir os alimentos necessários para o sustento. Tanto no extrativismo como na agricultura, na pesca e no próprio preparo dos alimentos, o uso de equipamentos e de técnicas um tanto rudimentares, porém pertinentes à realidade local, faz lembrar o que Martínez Alier (2009) define como ecologismo dos pobres (Figura 6). Essa rudimentariedade não se restringe a equipamentos e técnicas utilizados nas tarefas nos próprios domicílios, mas se estende aos aparatos de uso comunitário como, por exemplo, os usados nas casas de farinha, em que, para além do consumo local, a farinha é produzida para comercialização (a venda da farinha de mandioca, aparentemente, é a principal fonte de renda da população).

Ribeirinhos, Organizações Comunitárias e Alimentação: Flona de Tefé/AM, Brasil

---

**Figura 6:** Comunitário preparando açaí. Uso de técnica um tanto rudimentar na preparação de um dos alimentos mais consumidos pelos comunitários.



Foto: Cláudia Luiza Zeferino Pires - 2012.

A produção do que é necessário à vida seguidamente se dá de forma coletiva. As próprias refeições, em muitos casos, são coletivas, quando não muito envolvendo toda a população da comunidade, como relatam as ribeirinhas (Figuras 7 e 8). Esse tipo de prática, para além do suprimento das necessidades individuais, revela o coletivo (as comunidades) como um corpo ampliado.

**Figura 7** - Cozinha Comunitária.



Foto: Renato Barbieri - 2012

**Figura 8** - Mesa comunitária.



Foto: Cleder Fontana - 2012

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

Em período recente, os programas sociais de distribuição de renda, relatam as moradoras, representam um considerável acréscimo nas rendas familiares. Em suas percepções, essa renda é positiva, bem como insuficiente para satisfazer as necessidades de compra de alimentos. Essa renda, normalmente, é gasta em uma compra mensal, um “rancho” de produtos um tanto exóticos para os padrões alimentares locais, como o frango, e também na compra de produtos de usos gerais não produzidos no local, como sal, açúcar, sabão e material escolar.

A compra de alimentos, apesar de crescente, não aparenta resultar em um grande impacto na lista de produtos consumidos, na satisfação das necessidades, bem como nas práticas alimentares. Da mesma forma, o recebimento de alimentos (como havia ocorrido pouco tempo antes das entrevistas, com a entrega de cestas básicas pela Defesa Civil em função de uma enchente), de entidades como igrejas e a própria merenda escolar, não altera as práticas e os produtos consumidos.

Soma-se a essas questões a ausência de infraestrutura como, por exemplo, energia elétrica para a produção e o armazenamento de alimentos. Isso aflige cotidianamente quem administra as necessidades alimentares, gerando preocupação com a possibilidade de faltar alimentos. As entrevistadas afirmam, inclusive, ocorrer diminuição da quantidade de alimentos consumida, eventualmente chegando ao extremo da não realização de alguma refeição.

Essas situações, entretanto, segundo o que relatam as moradoras, tornam-se cada vez menos frequentes. Em suas memórias, recordando os momentos de preparação de refeições, o suprimento das necessidades alimentares, atualmente, é melhor do que em outros tempos. Mais significativo que isso, como pode-se perceber nas entrevistas, as situações de escassez normalmente são amenizadas pelas relações coletivas, como ocorre com a prática de *vizinhar*, que consiste em realizar refeições nas casas de outros moradores da comunidade. A prática de *vizinhar*, apesar de ser um hábito que independe da disponibilidade de alimentos (segundo os relatos, ela ocorre mesmo quando não há falta de alimentos nos

Ribeirinhos, Organizações Comunitárias e Alimentação: Flona de Tefé/AM, Brasil

---

domicílios), pela sua dinâmica coletiva, tem um papel regulador da alimentação, especialmente na satisfação das necessidades. As entrevistadas relatam que, quando de escassez de mantimentos em seus domicílios, recorrem ao *vizinhar*, e que, em outras ocasiões, recebem moradores em suas casas nas horas das refeições.

A dinâmica coletiva associa a produção da vida com o trabalho e a alimentação. Isso pode ser percebido na prática do *ajuri*, quando os moradores da comunidade trabalham no roçado de um dos comunitários. Nesse dia a alimentação é oferecida pelo proprietário do roçado.

Assim, a alimentação tem um papel agregador da coletividade, unindo o corpo social com as condições naturais locais. Em termos de satisfação das necessidades alimentares associadas a uma paisagem específica, a da vida comunitária ribeirinha, a alimentação, uma necessidade natural e individual, é satisfeita pela organização social, em que se sobressaem as trocas coletivas e as trocas com o meio mais imediato, a floresta amazônica.

## 6. A vida na floresta e as organizações comunitárias

Primeiramente queremos destacar este sujeito (coletivo) denominado “ribeirinho”. Tal designação não foi fácil de ser estabelecida, uma vez que, mesmo no âmbito das normas, ou seja, das políticas ambientais e das comunidades tradicionais, existe uma pluralidade de possibilidades de entendimentos desses sujeitos. Muitas publicações sobre povos amazônicos, como Diegues (2007), referem-se aos caboclos. Ainda pelo trabalho tradicional que desenvolvem poderiam ser designados camponeses ou pescadores artesanais. Não podemos também excluir possibilidades de entendimento desses sujeitos como descendentes de indígenas ou remanescentes de quilombolas. Os trabalhos de campo expressam essas possibilidades. Então, ficou a seguinte interrogação: como designar esses sujeitos de forma que seja possível distingui-los na sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, respeitar a diversidade presente nas comunidades?

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

Esse questionamento foi transmitido aos sujeitos da pesquisa, em trabalho de campo, os quais, diante do diálogo com os pesquisadores e das possibilidades apresentadas, autodenominaram-se ribeirinhos. O autorreconhecimento do ribeirinho emergiu a partir do diálogo e com base na experiência subjetiva, que uma vez compartilhada expôs elementos que unem tais sujeitos. Esses elementos referem-se às relações que estabelecem com a natureza e em sociedade. São ribeirinhos pelas formas como se organizam, trabalham, festejam, celebram, etc.

Para exemplificar uma prática comum entre os ribeirinhos que os distingue da sociedade capitalista, vamos destacar o *ajuri*. O *ajuri* é uma estratégia de vida comunitária, também chamada de mutirões, que consiste na troca de dias de trabalho entre famílias, representando um apoio mútuo nas etapas da produção e organização comunitárias.

A constituição do sujeito ribeirinho também se sustenta no âmbito objetivo. Queremos dizer que tal autodefinição é fundamental para que tenham acesso às políticas públicas conquistadas pelos povos tradicionais. A dependência do mundo natural, de seus ciclos e de seus produtos é fundamental para a produção e reprodução do seu modo de vida. Vivem à beira de rios, lagos, igarapés e à beira do mar (DIEGUES, 2007).

Tendo identificado o ribeirinho enquanto sujeito social, agora queremos enfatizar sua corporeidade, que se dá na coletividade. Assim, destacaremos as organizações das comunidades ribeirinhas. Os ribeirinhos da FLONA de Tefé estão organizados em diversas comunidades e localidades. Tais organizações podem ser compreendidas a partir da dimensão objetiva intrínseca às falas dos ribeirinhos. O principal objetivo refere-se ao rompimento de um contexto de exploração por padrões na atividade seringueira.

Para Astrogildo Moraes (2012), analista ambiental do ICMBio/Tefé, a época de atuação do MEB<sup>1</sup> favoreceu o

Em meados de 1970, o Movimento de Educação de Base (MEB) trabalhou na união das famílias que viviam dispersas em comunidade e na FLONA de Tefé.

fortalecimento das organizações comunitárias, pois muitos trabalhadores estavam tentando se desligar de seus patrões. Na FLONA, a maior parte das famílias veio do Juruá para poder escapar dos seringais (PIRES et al., 2016).

Assim, as organizações comunitárias iniciaram a partir de experiências de extração de seringa, ao longo dos rios da FLONA de Tefé, e depois passaram a ser predominantemente de produção de farinha de mandioca. Enfim, uma das formas do MEB influenciar nessa relação política entre empregado e patrão foi por meio do seu programa de Alfabetização Radiofônica, que incluía a distribuição de rádios. Além disso, havia um monitor na comunidade que poderia auxiliar nas questões apresentadas pelos programas.

A experiência de constituição das comunidades vivida neste período é muito presente na atualidade nas falas dos ribeirinhos. Mesmo os que não estavam presentes no período de influência do MEB na organização comunitária são influenciados pelos relatos orais dos que viveram esse processo. A experiência expressa que o fato de estarem organizados em comunidade é condição (objetiva) para os ribeirinhos alcançarem determinadas conquistas.

Um exemplo é o fato da FLONA de Tefé ser a primeira Floresta Nacional a ser reconhecida no Brasil como alvo de políticas públicas. Isso se deu nos anos 2000, quando o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciaram uma política de reconhecimento das famílias moradoras da unidade de conservação como beneficiárias dos programas de reforma agrária do governo federal. Os principais pontos desse programa foram a aquisição de materiais de trabalhos diversos, desde ferramentas até motores, bem como auxílio para alimentação e habitação.

Do ponto de vista das subjetividades referente à constituição de organizações comunitárias destacamos parte do poema de Heitor Neto, morador da FLONA de Tefé:

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

Depois alguns projetos em nossa comunidade começaram a chegar, nossa vida de repente começou a melhorar, em casa de qualidade começamos a morar, diversas outras coisas que passamos a ganhar, isso veio meu amigo através da associação, em parceria com entidade de instituição melhorou em nossas condições financeiras e na nossa profissão. (NETO, 2014)

Na dimensão normativa, queremos abordar as organizações sociais por meio da formalização de associações comunitárias. As comunidades da FLONA de Tefé estabelecem associações, elegem seus representantes e constroem estatutos. Os estatutos das comunidades expõem atribuições, direitos e deveres. Sendo regras construídas coletivamente, entendemos que essas instituições de gestão comunitária possuem maior capacidade de serem respeitadas e implica uma ferramenta eficiente de gestão comunitária e de recursos ambientais (BERKES, 2006).

Tendo compreendido brevemente as organizações comunitárias da FLONA de Tefé, vamos expor a dimensão intercomunitária do corpo ribeirinho. Essa abordagem se dará a partir do contexto da gestão dos recursos ambientais compartilhados.

Conforme o Plano de Manejo (ICMBio, 2012), o Irmão Falco tinha uma frase muito conhecida entre os ribeirinhos: “preservar pra você e para os outros”. Muitas comunidades foram incentivadas ao cuidado e à vigilância comunitários para impedir o uso de métodos predatórios para a pesca. Os comunitários recebiam orientação para que impedissem a entrada desses invasores. Assim, inicia um trabalho de preservação de lagos em que cada comunidade deveria escolher no mínimo três lagos, sendo um de preservação permanente ou de procriação, um para subsistência da comunidade e outro para a pesca comercial, quando necessário.

Para compreender melhor o contexto, em que diversas comunidades reconhecem-se como um corpo ribeirinho, vamos destacar a experiência do Acordo de Pesca do Lago Tefé, Rio Tefé e seus Afluentes.

A base dos acordos de pesca é o conhecimento tradicional dos pescadores, ou seja, um conjunto de saberes passados ao longo de gerações, transmitidos oralmente, sobre como, onde e quando pescar. Contudo, contemporaneamente devemos entender o dinamismo de transformação dos saberes, os quais, no passado, eram reelaborados na medida em que ocorriam mudanças no ambiente e de acordo com o tempo da natureza e, na contemporaneidade, com a aceleração da transfiguração da natureza, foram sendo erodidos, mas se reinventam em um quadro de conflitos e disputas (DE PAULA, 2013, p.115).

Assim, o contexto no qual se estabelecem acordos de pesca integra diversas experiências vividas pelos ribeirinhos no âmbito da pesca. Tais experiências expõem relações com a natureza, relações entre pescadores (sobretudo mestres e aprendizes) e relações de conflito por recursos ou áreas.

A dimensão objetiva do acordo de pesca caracteriza-se pela intenção de proteger seus lagos e rios contra a invasão dos barcos comerciais, iniciando sistemas de manejo reconhecidos atualmente pelo ICMBio, nos quais alguns lagos são proibidos para a pesca comercial (DIEGUES, 2007).

O principal objetivo do acordo de pesca é estabilizar ou reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros locais. Para tanto, a comunidade cria restrições aos apetrechos de pesca e à capacidade de armazenamento, em vez de delimitar diretamente o tamanho da captura. Além de regular a atividade pesqueira, acordos de pesca frequentemente incluem medidas que pretendem conservar locais considerados importantes para a reprodução das espécies (MCGRATH et al.,1996). Esse estabelecimento de regras de uso é baseado no conhecimento tradicional sobre o desenvolvimento e comportamento das espécies, bem como na viabilidade de monitoramento da atividade pesqueira.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o conhecimento tradicional dos ribeirinhos expõe suas subjetividades, também integra dimensões objetivas e normativas. Acreditamos que o equívoco encontra-se em limitarmos a noção de norma ao que está

---

*Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray*

---

escrito na forma de leis. Os povos tradicionais elaboram normas que são amplamente reconhecidas e respeitadas no âmbito das comunidades (DE PAULA, 2013).

O Acordo de Pesca do Lago Tefé, Rio Tefé e seus afluentes vem sendo discutido desde 2005. Ele estabelece direitos de uso dos territórios de pesca pelos ribeirinhos das comunidades e pelos pescadores urbanos. Assim, limita-se o tamanho dos barcos de pesca comercial (7 toneladas líquidas ou 10 toneladas brutas), definem-se as áreas de uso comunitário e as áreas onde pode ser feita a pesca comercial, e definem-se as regras e apetrechos adequados para a pesca.

A experiência dos acordos de pesca deve ser vista também a partir do seu potencial enquanto articuladora das comunidades para alcançarem objetivos comuns. Além disso, aproxima a equipe de gestores do ICMBio que compartilha com os comunitários, pescadores, e entidades parceiras a responsabilidade da gestão dos recursos pesqueiros.

Chegamos então ao ponto de compreender a relação entre esse corpo ribeirinho, quando presentes em unidades de conservação, e suas relações com o Estado, suas instituições e políticas.

Como a gestão das Florestas Nacionais é responsabilidade do governo federal por meio do Ministério do Meio Ambiente, os moradores da unidade passaram a conviver e a dialogar com os funcionários públicos responsáveis pela gestão da floresta. Esses funcionários eram, inicialmente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), até que, em 2007, esse órgão foi dividido, passando a gestão das unidades de conservação para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Tanto na elaboração como na atualização do Plano de Manejo da Floresta Nacional deverá ser assegurada a ampla participação da população residente. Por isso é que as FLONAS dispõem de um Conselho Consultivo para a Gestão, condição

obrigatória estabelecida pelo artigo 17 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, citado anteriormente. Esse Conselho Consultivo será presidido pelo órgão administrativo responsável, constituindo-se de representantes dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes. O Conselho da FLONA de Tefé foi criado em 2011.

Diante disso, destacamos que, do ponto de vista normativo, a constituição do corpo ribeirinho enquanto comunidade tradicional é condição fundamental para incluir essa população residente no Conselho Consultivo. Ainda a comunidade tradicional tem direito garantido por lei de participar da elaboração do Plano de Manejo, como no caso da FLONA de Tefé. Scelza et al. (2014) destacam:

É importante ressaltar que no processo de elaboração do PM, a criação do Conselho Consultivo da UC foi importante porque cumpriu o papel de acompanhar o andamento do trabalho e preencheu lacunas de informação que houvessem permanecido.

No âmbito das experiências relatadas pelos ribeirinhos, há a compreensão de que a participação no Conselho Consultivo é o meio de garantir a permanência dos seus modos de viver tradicionais. Pela atual composição do conselho e pelo perfil dos gestores ambientais do ICMBio os ribeirinhos entendem que no conselho suas demandas são atendidas e seus conhecimentos tradicionais são respeitados, dentro dos limites da legislação ambiental.

Quanto à construção dos planos de manejo, o processo percorreu “quatro passos principais: construção dos diagnósticos, elaboração do Acordo de Gestão, mapeamento participativo e a construção do zoneamento da unidade de conservação, e a elaboração dos Programas de Gestão” (SCELZA et al. 2014). Do ponto de vista objetivo, os ribeirinhos, tendo seus direitos de participação garantidos, viram nas fases citadas a possibilidade de alcançar conquistas e garantias que viabilizem a manutenção dos seus modos de viver.

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

A dimensão objetiva expressa na relação entre o corpo ribeirinho e o Estado será exemplificada no instrumento do Plano de Manejo, denominado Acordo de Gestão:

O acordo de gestão, por sua vez, foi realizado através de oficinas setoriais de um dia, para que a participação das comunidades nos processos de definição das regras de uso realmente fossem representativos da realidade local. O acordo de gestão foi realizado em seis etapas, conforme segue: o primeiro contato, reuniões comunitárias de definição de regras, oficinas setoriais de definição conjunta de regras, sistematização das regras, oficinas setoriais de apresentação e finalização do Acordo de Gestão da FLONA de Tefé. (SCELZA et al. 2014)

Destacamos, então, em contextos de unidades de conservação, as potencialidades de espaços como Conselhos Consultivos e de momentos como a Construção de Planos de Manejo para as comunidades alcançarem seu objetivo principal, que é a manutenção dos seus modos de viver. Contudo, cabe frisar que tal participação se dá a partir do reconhecimento dessas comunidades enquanto corpo social, que no caso apresentado chamamos de corpo ribeirinho.

## 7. Conclusões

Neste texto transitamos do corpo biológico ao corpo social manifesto por meio de um eixo analítico, a condição alimentar. Conforme consideramos, o que aqui denominamos de corpo ribeirinho na FLONA de Tefé tem sua origem no momento em que ocorre a constituição das comunidades. Até então a população local vivia de forma esparsa como seringueiro no interior da grande floresta amazônica.

A partir da constituição das comunidades pelo MEB, os ribeirinhos se organizam em comunidades e se fortalecem por meio da constituição de uma vida comunitária articulada de forma significativa com a paisagem de floresta, quente e úmida, e com a abundância de água. Suas origens e os recursos disponíveis

permitiram que construíssem um sistema alimentar baseado no consumo de peixe e farinha, associado a outros produtos provenientes da floresta, como o açaí e a castanha, entre outros.

Da mesma forma, as relações comunitárias facilitam a satisfação das necessidades individuais, as quais, em certos momentos, são resolvidas pelo corpo social, como ocorre nas demais esferas da vida, e se desenvolvem em uma paisagem singular, que se revela pela materialidade e, também, pela memória.

O diálogo de saberes permitiu compreender como se construiu esse singular modo de viver e, ao mesmo tempo, revelar suas transformações. A condição alimentar atual vem sendo melhorada pela possibilidade de acesso a outros bens, entretanto, na raiz de suas histórias cotidianas, a farinha e o peixe constituem a base da alimentação.

Foi, sobretudo, para fortalecer seu modo de viver particular que os ribeirinhos se engajaram na constituição de um Plano de Manejo na FLONA de Tefé, que, construído coletivamente, garantiu a manutenção de seus hábitos e relações comunitárias, conforme publicação no Diário Oficial da União, em 22 de fevereiro de 2016.

Em relação ao corpo social, que foi abordado a partir da corporificação do sujeito ribeirinho, vamos destacar que ele se manifesta no âmbito pessoal, comunitário, intercomunitário e no diálogo com o Estado. Tal compreensão, a partir de diálogos de saberes, proporciona entender as dimensões objetivas, subjetivas (da experiência) e normativas das informações dialogadas com os pesquisadores. Assim é possível compreender a expressão do mundo da vida do ribeirinho na FLONA de Tefé.

Ressaltamos que os direitos dos povos tradicionais, entre eles os das comunidades ribeirinhas, são garantidos devido à diferença deles da sociedade capitalista. Tal diferença é autodefinida e defendida a partir dos seus modos de viver, os quais constituem um sujeito – o ribeirinho –, mas se fortalece a partir da conformação de um corpo social na luta por garantias de direitos.

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

## Referências

- BERKES, F. et al. **Gestão de pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande: FURG, 2006.
- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para geografia cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENTHAL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 84-89.
- BRASIL. ICMBio. Portaria n. 13, de 22 de fevereiro de 2016, aprova **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé**, no estado do Amazonas (Processo nº 02070.003434/2011-24). DOU: Brasília, 2016.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: a fome no Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DE PAULA, C. Q. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuíl (RS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013. 129p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/78031>.
- DE PAULA, C. Q. et al. A Floresta é a Tua Casa. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES, C. Z.; DE PAULA, C. Q. **O Lugar Onde Moro: Geografia da FLONA de Tefé**. NEGA/UFRGS: Porto Alegre, 2016, p. 99-126. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nega/producao/>.
- DIEGUES, A. C. **Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras**. NUPAUB: São Paulo, 2007. Disponível em <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo - sobre a Crítica da Razão Funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v.2.
- LA BLACHE, V. de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954. v.1.
- LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, A. **Amazônia, a terra e o homem**. 4 ed. São Paulo: Companhia

Ribeirinhos, Organizações Comunitárias e Alimentação: Flona de Tefé/AM, Brasil

---

Editora Nacional, 1975.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto, 2009.

MCGRATH, D. et al. Manejo Comunitário de Lagos de Várzea e o Desenvolvimento Sustentável e a Pesca na Amazônia. **Peppers DO NAEA**, Belém, 58, 1996. Disponível em: <periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 21 jan. 2012.

NETO, H. **Poemas.** Disponível em <<http://heitorpoemasreais.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2014.

OLIVEIRA, M. G. et al. Natureza que nos Envolve. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES. C. Z.; DE PAULA, C. Q. **O Lugar Onde Moro: Geografia da FLONA de Tefé.** NEGA/UFRGS: Porto Alegre, 2016, pp.47-72. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nega/producao/>.

PIRES, C. Z. et al. Meu Lugar e Minhas Histórias na FLONA de TEFÉ In: SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES. C. Z.; DE PAULA, C. Q. **O Lugar Onde Moro: Geografia da FLONA de Tefé.** NEGA/UFRGS: Porto Alegre, 2016, p. 21-48. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nega/producao/>.

SCELZA, G. C. et al. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé, a Gente faz Junto!** Revista Biodiversidade Brasileira, 2014. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/article/view/334>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A.; FONTANA, C.; BONETTO, H. As Atividades dos Ribeirinhos. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES. C. Z.; DE PAULA, C. Q. **O Lugar Onde Moro: Geografia da FLONA de Tefé.** NEGA/UFRGS: Porto Alegre, 2016, pp. 73-98. Disponível em <http://www.ufrgs.br/nega/producao/>. Acesso em julho de 2016.

### **Agradecimentos**

*Embora o texto acima tenha sido sistematizado por três dos pesquisadores, o grupo envolvido, efetivamente, neste projeto (Mapeamento Participativo em Comunidades da FLONA de Tefé – 2012-2013) é bem maior. Assim, segue a menção das pessoas sem as quais este trabalho não teria sido possível, organizados pela instituição à que*

---

Cleder Fontana, Cristiano Quaresma de Paula & Dirce Maria Antunes Suertegaray

---

*pertencem. Grupo do NEGA-UFRGS: Cláudia Luísa Zeferino Pires, Daniele Machado Vieira, Elisa Caminha da Silveira Delfino, Laurindo Antônio Guasselli, Luiz Morelli, Mateus Gleiser Oliveira, Pablo Leandro Proença Ferreira, Pedro Saldanha Frantz, Renato Barbieri, Sinthia Cristina Batista, Theo Soares De Lima. Grupo do ICMBio/Tefé: Astrogildo Martins de Moraes, Gabriella Calixto Scelza, Rafael Suertegaray Rossato.*